



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

---

**PARECER JURÍDICO**

**Processo Administrativo nº 23/2026**

**Pregão Eletrônico nº 01/2026/ SAAE/NBO**

**Objeto:** Trata-se de Parecer Jurídico para análise da legalidade da minuta do edital de pregão eletrônico nº 05/2026 para fins de formação de Registro de Preço para Aquisição de bomba d'água, motores elétricos, peças de reposição e serviços de manutenção corretiva e preventiva, para atender às necessidades operacionais do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE-NBO), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**PARECER**

**1. Relatório:**

O processo em epígrafe foi instaurado no dia 08 de janeiro de 2026, objetivando a contratação do objeto acima descrito, cujo valor é de **R\$ 424.380,25 (quatrocentos e vinte e quatro mil trezentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos)**.

Nota-se que a minuta do edital de id nº 257105, fundamenta o certame com base na Lei nº 14.133/21, Decretos Municipais nº 1.537/2023, 1.538/2023 e 1.544/2023, de forma subsidiária o Decreto Federal nº 11.462/2023, no que couber a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022.

O processo foi instruído com os seguintes documentos:

- a) Documento De Formalização De Demanda - DFD (id nº 251252);
- b) Estudo Técnico Preliminar – ETP e Mapa Risco – MR (id nº 254169);
- c) Pesquisa de Preço (id nº 251254, 251255, 251256, 254767, 254868);
- d) Análise de Cotação (id nº 254770);





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

---

- e) Termo de Referência – TR (id nº 257098);
- f) Portaria Nomeação da Agente de Contratação (id nº 257102);
- g) Minuta do Edital - Pregão Eletrônico nº 01/2026/ SAAE/NBO (id nº 257105);
- h) Anexo Minuta da Ata de Registro de Preço (id nº 257107);
- i) Despacho nº 58/2026 técnico da Pregoeira (id nº 257108).

## **2. Pressuposto Jurídico:**

O presente parecer jurídico tem a finalidade de **assessoramento no controle prévio de legalidade**, conforme previsto no art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, não tendo determinação legal que imponha a fiscalização posterior do cumprimento das recomendações feitas por essa Procuradoria.

Destaca-se que um dos pressupostos para a realização de uma licitação, é o pressuposto jurídico, que implica na **necessidade de licitar**, que deve ser realizada com o objetivo de **atender ao interesse público**. A licitação não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um **instrumento necessário para garantir o cumprimento das demandas públicas**.

No caso em questão, trata-se da análise da legalidade do procedimento licitatório destinado a formação de Registro de Preço para Aquisição de bomba d'água, motores elétricos, peças de reposição e serviços de manutenção corretiva e preventiva, para atender às necessidades operacionais do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE-NBO), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Importante ressaltar que, em sua análise, a **Procuradoria não realiza exame de mérito** e os argumentos apresentados na justificativa do certame, a não ser que essas justificativas sejam evidentemente incompatíveis com a modalidade de contratação escolhida ou com o objeto licitado. Neste caso, **não há elementos** que indiquem incompatibilidade entre a escolha da modalidade de **pregão** e os



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

---

**objetivos do processo.**

Após análise da documentação constante no processo, observam-se os seguintes pontos relevantes quanto à **legalidade da minuta do Edital**, da minuta da ata de registro de preço e dos demais documentos que compõem a fase interna da licitação, senão vejamos.

**2.1. Peças Técnicas do Processo**

No que tange às peças técnicas do processo, destaca-se que a elaboração do ETP, bem como das demais peças técnicas inerentes à contratação, a exemplo do TR, que especifica a modalidade de licitação, o tipo de licitação e os prazos previstos para o certame, estão em conformidade com a legislação aplicável.

Nota-se que no processo prevê a escolha pela **modalidade pregão eletrônico** estando em conformidade com a legislação vigente, sendo esta a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, prevista no inciso XLI, do art. 6º da Lei nº 14.133/21, com prazo de intervalo mínimo de 08 (oito) dias, senão vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Assim, a modalidade escolhida, **pregão eletrônico**, encontra-se adequada e em conformidade com a legislação, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme o disposto no art. 55, I, “a”, da Lei nº 14.133/2021, respeitando o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis para a abertura das propostas.



Com base no Decreto nº 1.449/2022, Lei nº 14.133/2021, IN SEGES nº 58/2022 e IN SEGES/ME nº 81/2022, a Administração Pública deve apresentar na fase de planejamento as peças técnicas inerentes à contratação, quais sejam: **DFD; ETP; MR e TR**.

No presente processo, tais documentos foram juntados nos ids nº 251252 (DFD),



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

254169 (ETP e Mapa de Risco), e 257098 (TR), em conformidade com as exigências legais.

A análise do **DFD** evidencia o atendimento às disposições do **art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 1.449/2022**, identificando o responsável pela área requisitante, a indicação da data pretendida para conclusão da contratação e o detalhamento da necessidade.

A análise do **ETP** demonstra conformidade com o **art. 14, §1º, do Decreto nº 1.449/2022**, o **art. 18, inciso I, e §1º, da Lei nº 14.133/2021**, bem como o art. 9º da IN SEGES nº 58/2022. Destaca-se que eventual ausência de disposições previstas nestes dispositivos deve ser devidamente justificada, conforme previsto na IN SEGES nº 58/2022.

Quanto ao **TR**, verifica-se conformidade com o **art. 16, §1º, do Decreto nº 1.449/2022**, **art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021**, além do **art. 19 do Decreto nº 1.449/2022** e do **art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, que dispõem sobre as informações necessárias no TR para contratações visando a aquisição de bens e serviços.

Assim, a pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, conforme demonstrado na **Análise de Cotação nº 09/2026 de id nº 254770**.

A Pregoeira no Despacho nº 58/2026 técnico de id nº 257108, solicitou análise e manifestação quanto à minuta do edital e seus anexos, assim verifica-se que essa respeita os parâmetros legais, assim **não há óbice à sua utilização** no presente certame.

No presente caso, em atenção ao art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021, quanto à **adequação orçamentária**, verifica-se que o TR dispõe no item 10.1 que a indicação da dotação orçamentária ficará postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Considerando que se trata de **Sistema de Registro de Preços**, a indicação prévia da dotação orçamentária não é obrigatória nesta fase, uma vez que a Ata não gera obrigação imediata de contratação.

Assim, a exigência de dotação orçamentária deverá ser observada no momento da



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

formalização do contrato ou da emissão do empenho correspondente, não havendo irregularidade na previsão constante do TR.

## **2.2. Minuta da Ata de Registro de Preço de id nº 257107**

Nota-se que, a minuta da ata de registro de preço apresentada segue o **modelo padronizado da Advocacia-Geral da União (AGU), amplamente utilizado na Administração Pública**, em consonância com as melhores práticas de gestão pública, conforme orientações dos órgãos de controle externo.

Assim, a responsabilidade pela revisão e validação da minuta recai sobre a **assessoria jurídica e o setor responsável pela formalização de contratos e atas de registro de preço**, conforme previsto na legislação vigente.

Desta forma, a **inclusão da minuta padronizada é juridicamente válida**, e a ausência de assinatura nesta fase **não compromete a legalidade**, por se tratar de **minuta preliminar**, cuja formalização e assinatura ocorrerão apenas após a homologação do certame pela autoridade competente.

## **2.3. Publicação do Edital**

No que concerne à publicação do edital, o **art. 54, caput e §1º, combinado com o art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, exige a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital, de seus anexos e do futuro instrumento contratual no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, bem como a publicação do extrato do edital no **Diário Oficial do Estado**, no **Diário Oficial da União**, quando couber, **em um jornal de grande circulação**, conforme regulamentação aplicável.

Dessa forma, na presente contratação, deverá ser observado o **prazo mínimo de 08 dias úteis**, contados a partir da divulgação do edital, para apresentação das propostas e lances, quando adotado o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, nos termos do **art. 55, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021**.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

---

Ressalta-se, ainda, que o **art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021** estabelece a obrigatoriedade de disponibilização, no PNCP, **após a homologação do certame**, dos documentos elaborados na fase preparatória que não tenham sido incorporados ao edital e a seus anexos, assegurando a transparência e o controle social do procedimento licitatório.

### **3. Conclusão**

Dessa forma, após análise do processo, conclui-se que o processo administrativo e a minuta do edital encontram-se em conformidade com a legislação vigente, **não há óbice para a continuidade do processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.**

A **minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026/SAAE-NBO de id nº 257105**, bem como a **minuta da Ata de Registro de Preços de id nº 257107**, apresentam conformidade formal com a legislação vigente, não se identificando vícios que impeçam o regular prosseguimento do certame.

Assim, **não se vislumbra óbice jurídico ao prosseguimento do certame**, ficando a análise da **conveniência e oportunidade administrativa** a cargo da autoridade competente.

É o parecer sujeito a manifestação do superior.

Nova Brasilândia D' Oeste, 11 de fevereiro de 2026.

**Lorena Jhulian Cassiano de Oliveira**  
**Sub Procuradora do Município**  
**Portaria nº 12/GP/2025**  
**OAB/RO 11.444**

